

# BULLYING: CAMINHOS PARA O COMBATE

Veralúcia Guimarães de Souza

Cleide Ester de Oliveira

Paulo Alves de Oliveira

**(Organizadores)**



Realização



Apoio



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**FAPEMAT**  
FUNDAÇÃO DE AMPARO  
À PESQUISA DO ESTADO  
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE  
**MATO  
GROSSO**

# BULLYING: CAMINHOS PARA O COMBATE

Veralúcia Guimarães de Souza

Cleide Ester de Oliveira

Paulo Alves de Oliveira

**(Organizadores)**



Realização



Apoio



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**FAPEMAT**  
FUNDAÇÃO DE AMPARO  
À PESQUISA DO ESTADO  
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE  
**MATO  
GROSSO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Lorena Prestes

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
B936	<p>Bullying [recurso eletrônico] : caminhos para o combate / Organizadores Veralúcia Guimarães de Souza, Cleide Ester de Oliveira, Paulo Alves de Oliveira; revisoras Priscila Veloso Ramos, Carolina Guimarães Santos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.            Modo de acesso: World Wide Web.            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-059-9            DOI 10.22533/at.ed.599202605</p> <p>1. Assédio nas escolas. 2. Educação de crianças. 3. Violência na escola. I. Souza, Veralúcia Guimarães de. II. Oliveira, Cleide Ester de. III. Oliveira, Paulo Alves de. IV. Ramos, Priscila Veloso. V. Santos, Carolina Guimarães</p> <p style="text-align: right;">CDD 371.58</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## REALIZAÇÃO



## APOIO



FAPEMAT  
FUNDAÇÃO DE AMPARO  
À PESQUISA DO ESTADO  
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE  
**MATO  
GROSSO**

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho é uma coletânea de artigos que foram elaborados por pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (GPHSC-IFMT) sobre a temática *Bullying* e Violação de Direitos Humanos que tem sido objeto da pesquisa do grupo desde 2016.

O projeto foi aprovado no Edital 29/2018 da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propes), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, com o título "Bullying: caminhos para o combate", do qual foi oriundo os recursos para realização do presente e-book.

Os diversos autores tratam a temática na vertente multidisciplinar, através de um viés de proposta interdisciplinar. A amplitude das temáticas que abrangem a Educação em Direitos Humanos permitem transitar transversalmente em todas as disciplinas, sustentada pela concepção de que a inserção da formação do cidadão em Direitos Humanos pode contribuir para um convívio social menos violento.

Frente a esse desafio que essa coletânea pretende abarcar, apresentamos alguns elementos práticos que podem ser úteis a você que é educador, pai, ou estudante e/ou pessoa que sofre *bullying* ou percebe em seu meio alguém que sofre com este tipo de agressão.

Esta problemática é abordada dentro da temática da violação dos Direitos Humanos, que tem sido muito disseminada e amplamente debatida dentro dos contextos escolares. É inegável que há interesses institucionais em pesquisas, desde instituições públicas, privadas, com objeto nas diversas formas de violência e na violação dos Direitos Humanos de adolescentes, no cotidiano escolar, tendo, como ponto central, as múltiplas formas de violência: física, psicológica e simbólica, as quais estão presentes no contexto escolar e se materializam por meio do fenômeno *bullying*.

Nesta apresentação, queremos trazer alguns conceitos sobre a temática e consideramos importante salientar que, conforme as conceituações, nem toda violência é considerada *bullying*, porém todo *bullying* é uma forma de violência. Apesar de ambos serem um ato de brutalidade, incivilidade e causar dor e sofrimento à vítima, o *bullying* se diferencia por suas características peculiares, por sua repetição, intencionalidade, por não ter motivação aparente e por haver desequilíbrio de poder, pois normalmente a vítima não tem condições para se defender.

As violências são de diferentes formas e com vertentes específicas, que tratamos, como no caso do *bullying*, por ser física, psicológica ou simbólica, porém em apenas alguns casos estão embutindo situações de *bullying* por ter característica sistemática e intencional, as que ocorrem por situações específicas tratamos como



violências.

Podemos entender que a ocorrência do *bullying* se dá de forma direta e indireta; a primeira é quando há imposição de apelidos, assédios, agressões físicas, ameaças, roubos e ofensas verbais; e a indireta consiste em atitudes de indiferença, isolamento e fofocas.

Neste contexto, apontamos que os diálogos sobre a temática Direitos Humanos e *bullying* podem promover a formação de estudantes que não naturalizam ou banalizam atos de violência e desrespeito. Frente a esse desafio que se propõe trazer diálogos e reflexões acerca desta problemática e buscar propostas de enfrentamento.

Para saber um pouco mais sobre o *bullying* e diferenciá-lo de outras formas de violência, você pode se respaldar em documentos e estudos mais aprofundados sobre a legislação: Leis Federais que são referências sobre o assunto, como a Lei Federal nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que estabelece o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o Brasil. Lei Federal nº 13.277, de 29 de abril de 2016, que institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola e a Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018, inclui a responsabilidade da escola para promoção de medidas de combate a intimidação sistemática.

Caso você seja um estudante e esteja passando por uma situação de violência, seja ela pela imposição de apelidos, assédios, agressões físicas, ameaças, roubos e ofensas verbais, está sendo vítima de atitudes de indiferença, isolamento e fofocas procure ajuda, não se sinta intimidado. Fale com seus pais, professores, técnicos e diretores da sua escola. Certamente eles vão ajudar a você. E, se você presenciar algum ato violento, ajude a vítima a sair desta situação, não seja um espectador passivo.

Aos pais que perceberam que seus filhos estão sendo vítimas de *bullying*, não hesitem em procurar a escola e junto com a equipe pedagógica e profissionais capacitados encontrar meios de lidar com o problema.

Ao professor(a) e/ou profissional da educação que tiver conhecimento de casos de *bullying*, ou qualquer outro tipo de violência, entre em contato imediatamente com equipe pedagógica e/ou com os profissionais capacitados da equipe multiprofissional da escola. A sua percepção dessas situações é de extrema importância para que se possa tratar de forma adequada esses infortúnios que comprometem o processo de ensino aprendizagem e a qualidade de vida dos estudantes. A comunidade escolar pode se envolver na solução do problema, acompanhando agressor, vítima, demais colegas; aplicando medidas disciplinares, quando for o caso previsto em regimento escolar, ou direcionando a órgãos externos da rede de apoio à criança e ao adolescente, tais como Conselho Tutelar e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - que pode dar encaminhamento a um atendimento psicológico,

quando for necessário.

Um aspecto importante, e inclusive previsto na legislação, é a realização de atividades de prevenção na escola, tais como palestras, eventos, e atividades que favoreçam o protagonismo infantil e juvenil em atividades propostas pelos mesmos que gerem a empatia e a cultura de paz.

Neste e-book relataremos um pouco dos resultados de pesquisa e experiência realizadas, para demais interlocuções, conte conosco.

Agrademos à estudante do ensino médio Millena do Prado Vitoriano de Deus por gentilmente ter cedido a ilustração para capa do presente ebook, ilustração elaborada para a divulgação do VCURTABLV - Festival de Vídeo Curta-Metragem do IFMT campus Cuiabá Bela Vista, cujo tema foi Bullying: caminhos para o combate.

Atenciosamente,  
Contato: [gphsc.ifmt@gmail.com](mailto:gphsc.ifmt@gmail.com)

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	
DESAFIO CONSTANTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A CONVIVÊNCIA ESCOLAR Antonia Picornell-Lucas	
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
PESQUISA HISTORIOGRÁFICA SOBRE O GRUPO DE PESQUISA EM HUMANIDADES E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DO IFMT Anna Beatriz Rodrigues de Amorim Carolina de Vasconcelos Lopes Borba Felicíssimo Bolívar da Fonseca DOI 10.22533/at.ed.5992026051	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
APLICABILIDADE DE FERRAMENTAS DA QUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Raquel Martins Fernandes Amanda Silva de Lima Gabriel Belo Lyra e Lima DOI 10.22533/at.ed.5992026052	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>17</b>
AMBIENTE ESCOLAR REGULAR E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DOCUMENTAL Amanda Silva de Lima Gabriel Belo Lyra e Lima DOI 10.22533/at.ed.5992026053	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>29</b>
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONVIVÊNCIA GLOBAL E VIOLÊNCIA ESCOLAR Raquel Martins Fernandes Felicíssimo Bolívar da Fonseca Cleide Ester de Oliveira Yuri Ogaya de Assumpção DOI 10.22533/at.ed.5992026054	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>39</b>
VIOLÊNCIA ESCOLAR, BULLYING E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO COTIDIANO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFMT CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA Vanessa Costa Gonçalves Silva DOI 10.22533/at.ed.5992026055	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
PRESENÇA FEMININA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Degmar Francisco dos Anjos Niedja de Freitas Pereira DOI 10.22533/at.ed.5992026056	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>63</b>
COTIDIANO ESCOLAR DO IFMT: ANÁLISE DO DISCURSO DE PROPOSITURAS DE COMBATE AO BULLYING	
Vanessa Costa Gonçalves Silva Jair Aniceto de Souza Cleide Ester de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5992026057</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>74</b>
INCLUSÃO SOCIAL ESCOLAR DOS POVOS CHIQUITANOS: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO	
Isabel Cristina Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5992026058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>84</b>
<i>BULLYING</i> , IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR	
Jair Aniceto de Souza Vanessa Costa Gonçalves Silva Degmar Francisco dos Anjos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5992026059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>96</b>
<i>BULLYING</i> ESCOLAR E SUA PERCEPÇÃO PELOS ESTUDANTES: UM ESTUDO EM ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO MATO-GROSSENSES	
Quintiliano Siqueira Schroden Nomelini Natália Sathler de Souza Cunha Rodrigo Ribeiro de Oliveira Carla Cristina Rodrigues Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.59920260510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>111</b>
BULLYING E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DE MATO GROSSO: OS (DES)CAMINHOS DA EDUCAÇÃO	
Isabel Cristina Silva Carolina Guimarães Santos Carlos Rabelo Machado Raquel Martins Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.59920260511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>123</b>
PANORAMA GERAL DA PESQUISA “VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E <i>BULLYING</i> NO CONTEXTO ESCOLAR” DO GRUPO DE PESQUISA EM HUMANIDADES E SOCIEDADE CONTEMPORANEA DO IFMT	
Gilson Pequeno da Silva Isabel Cristina Silva Raquel Martins Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.59920260512</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>133</b>
ESTUDO SOBRE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E BULLYING NO IFMT	
Isabel Cristina Silva Carolina Guimarães Santos Jair Aniceto de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.59920260513</b>	

**CAPÍTULO 14 ..... 145**

CURTABLV: ENSINO, EXTENSÃO E REDES SOCIAIS

Paulo Alves de Oliveira  
Veralúcia Guimarães de Souza  
Alexandre Magalhães Arruda  
Marco Aurélio Bulhões Neiva  
Yuri Ogaya de Assumpção

**DOI 10.22533/at.ed.59920260514**

**PREFACIADOR ..... 156**

**SOBRE OS AUTORES ..... 157**

## DESAFIO CONSTANTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A CONVIVÊNCIA ESCOLAR

**Antonia Picornell-Lucas**

La Convención de los Derechos del Niño (1989) permitió que en el mundo entero aumentara el respeto por los derechos de los niños, niñas y adolescentes; que se transformaran los valores morales y las prácticas con la infancia y adolescencia. Sus principios rectores: no discriminación, interés superior del niño, derecho a la vida y desarrollo y derecho a la participación fueron asumidas como obligaciones por los Estados.

Entre todos los derechos que señala la Convención se encuentra el derecho a la educación en igualdad de oportunidades, cuyo fin es “preparar al niño para asumir una vida responsable en una sociedad libre, con espíritu de comprensión, paz, tolerancia, igualdad de los sexos y amistad entre todos los pueblos” (art. 29d). Sin embargo, el derecho a la educación no puede entenderse solo como escolarización en el sistema educativo formal sino que también hace referencia a cualquier actividad fuera del aula que ayude a los niños y niñas a desarrollar sus aptitudes y capacidades lo máximo posible.

Ahora bien, escuela y niños, niñas y adolescentes es inseparable. La escuela ocupa un lugar principal en las vidas de los

niños y niñas porque las interacciones que allí se producen les van a permitir delinear sus trayectorias vitales. Aunque, también en ese entorno están expuestos a riesgos como la desigualdad de oportunidades o la violencia entre iguales. Precisamente, la presente obra, que me complace introducir, se detiene en el contexto escolar para dar a conocer un problema mundialmente reconocido: la violencia entre pares (*bullying*) que, según UNICEF (2017), están sufriendo uno de cada tres niños-as en el mundo.

Si bien el acoso escolar no es un fenómeno nuevo en las aulas (Calmaestra y otros, 2016), sus consecuencias físicas y psicológicas pueden llevar incluso al suicidio (Hinduja y Patchin, 2010; Mora-Merchán, 2006). La magnitud del grave daño que puede ocasionar este tipo de maltrato provoca una gran preocupación social, como en el caso del Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT de Mato Grosso.

Una violencia que, cada vez con mayor frecuencia, tiene su continuo fuera de las aulas, con el uso de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación (TICs). El *grooming*, *flaming*, *sexting*, *online harrassment*, *identity theft*, *griefing* y *outing*, entre otros, son considerados tipos de acoso

virtual (*cyberbullying*) en función de la acción (Willard, 2007); y con mayores niveles de síntomas depresivos que la victimización tradicional (Perren *et al*, 2010). Todas estas conductas violentas, intimidatorias y estigmatizantes, son un atentado a la dignidad de los niños y niñas que las sufren; pero, al mismo tiempo, erosionan la convivencia escolar, fragmentando el proceso de formación de los niños y niñas en valores democráticos y ciudadanía, base de toda educación.

La preocupación internacional por reducir cualquier tipo de violencia, en especial aquella ejercida contra los niños y niñas, y su interés por promover sociedades pacíficas queda patente en la Agenda 2030. “Eliminar todas las formas de violencia contra todas las mujeres y las niñas en los ámbitos público y privado” (ODS 5.2) y “Poner fin al maltrato, la explotación, la trata y todas las formas de violencia y tortura contra los niños” (ODS 16.2) son metas sobre las que Naciones Unidas pone un especial énfasis. También la Unión Europea demuestra su preocupación por promocionar la equidad, la cohesión social y la ciudadanía activa, poniendo en marcha un marco estratégico de cooperación europea en educación (“ET2020”). Desde su posicionamiento ante la violencia, recomienda a los Estados que impulsen planes estratégicos de inclusión educativa y formación permanente de todos los actores educativos, manteniendo una estrecha colaboración con la sociedad civil. Sin duda, esta postura está permitiendo que las políticas educativas gubernamentales pongan en marcha protocolos, observatorios de convivencia, planes de promoción de la convivencia en los centros escolares y otras estructuras de actuación para promover un clima escolar de respeto.

Pero mejorar el clima escolar y erradicar cualquier situación de vulnerabilidad infantil, incluido el acoso, supone una gran dificultad para las políticas educativas. Las razones son variadas. Si bien existen razones originarias del propio entorno escolar que pueden explicar el *bullying*, también, como causa externa, la desigualdad social es un referente para este fenómeno. La falta de oportunidades laborales, económicas, culturales, etc. de algunas familias emerge como un riesgo para el incremento del rechazo y el acoso escolar (Picornell-Lucas, Montes y Herrero, 2018). Esta situación se ve legitimada por las creencias y actitudes culturales tradicionales, como por ejemplo el empleo del castigo corporal en la crianza de los hijos e hijas o aquellas otras influidas por la discriminación de género.

En consecuencia, son varias las dimensiones, interrelacionadas, para mejorar la convivencia escolar y erradicar el acoso escolar; que no se traducen solo en generar medidas en el interior de los centros educativos sino también, y sobre todo, abordarlo desde políticas públicas de bienestar social, sin olvidar la participación de los niños y niñas. No podemos ocultar que estas acciones violentas atentan contra el derecho a la educación, que incluye ofrecer a los niños y niñas todas las oportunidades para que construyan su propia identidad social, como ciudadanos, en el entorno que les

toca vivir. Pero a la vez transgreden el resto de sus derechos, con multiplicidad de consecuencias para su presente y futuro, especialmente la relacionada con la construcción de su identidad y la transformación de la sociedad, con un aumento de la intolerancia e insolidaridad y un mayor uso de la violencia para resolver los conflictos (Navarro-Pérez y Pastor, 2017), vislumbrándose una expansión de la incompreensión.

Son muchas las dificultades y retos, y así lo manifiestan las autoras y autores de esta obra, cuya preocupación y compromiso por la convivencia, la cohesión social y una educación desde la perspectiva de la garantía de los derechos les ha llevado a reflexionar sobre el acoso escolar en Brasil, proponiendo medidas inclusivas de prevención e intervención para enfrentarse a esta realidad.

## REFERENCIAS

Calmaestra, J., Escorial, A., García, P., Del Moral, C., Perazzo, C. y Ubrich, T. (2016). *Yo a eso no juego: Bullying y ciberbullying en la infancia*. Madrid: Save the Children España.

Hinduja, S. y Patchin, J.W. (2010). Bullying, cyberbullying and suicide. *Archives of Suicide Research*, 14(3), 206–221. <https://doi.org/10.1080/13811118.2010.494133>

Mora-Merchán, J. A. (2006). Coping Strategies: Mediators of Long-Term Effects in Victims of Bullying? *Anuario de Psicología Clínica y de la Salud/Annuary of Clinical and Health Psychology*, 2, 15-25.

Navarro-Pérez, J. J. y Pastor Seller, E. (2017). Factores dinámicos en el comportamiento de delincuentes juveniles con perfil de ajuste social. Un estudio de reincidencia. *Psychosocial Intervention*, 26 (1), 19-27. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2016.08.001>

Perren, S.; Dooley, J.; Shaw, T. y Cross, D. (2010). Bullying in school and cyberspace: Associations with depressive symptoms in Swiss and Australian adolescents. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 4 (28). <https://doi.org/10.1186/1753-2000-4-28>

Picornell-Lucas, A.; Montes, E. y Herrero, C. (2018). La desigualdad de oportunidades educativas desde la perspectiva de los niños, niñas y adolescentes de Castilla y León. *Prisma Social*, 23, 169-184.

UNICEF (2017). *Una situación habitual. Violencia en las vidas de los niños y los adolescentes*. Nueva York: UNICEF.

Willard, N. (2007). *Cyberbullying and cyberthreats: Responding to the challenge of online social aggression, threats, and distress*. Illinois: Research Press.



## PRESENÇA FEMININA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**Degmar Francisco dos Anjos**  
**Niedja de Freitas Pereira**

**RESUMO:** O presente estudo analisa a presença feminina no contexto da educação profissional, através do levantamento de dados sobre a participação das mesmas, em tal modalidade de ensino, no âmbito do Instituto Federal da Paraíba. Desse modo, o trabalho foi realizado a partir da análise de dados institucionais, disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, bem como pela revisão de literatura de artigos nos bancos de dados da SCIELO, CAPES e livros. Como resultado, pode-se identificar a preponderância da presença masculina no contexto dos cursos técnicos no âmbito dos Institutos Federais e especificamente no IFPB, bem como a inversão desse quadro quando consideradas áreas culturalmente associadas à figura feminina. Foi constatada, ainda, a ausência de dados precisos sobre os números da evasão a partir do critério gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulher; gênero; educação profissional; evasão.

### WOMEN'S PRESENCE IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

**ABSTRACT:** This study analyzes the female presence in the context of vocational education,

by collecting data on their participation in such education, within the Federal Institute of Paraíba. Thus, the work was performed from the analysis of institutional data, available on the Nilo Peçanha Platform, as well as by reviewing the literature of articles in the databases of SCIELO, CAPES and books. As a result, it is possible to identify the preponderance of male presence in the context of technical courses within the Federal Institutes and specifically at IFPB, as well as the inversion of this framework when considered areas culturally associated with the female figure. It was also verified the absence of accurate data on the dropout numbers from the gender criterion.

**KEYWORDS:** woman; gender; vocational education; evasion.

### INTRODUÇÃO

A motivação para desenvolvermos este estudo nasceu do propósito de analisar os sentidos e os desafios da participação feminina no contexto da educação profissional, especificamente, no âmbito do Instituto Federal da Paraíba, enquanto pesquisa vinculada ao programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (Profept). Para melhor compreensão desse cenário, apresenta-se como de fundamental importância conhecer os dados referentes ao

ingresso, permanência e êxito do público feminino na referida modalidade de ensino, bem como os fundamentos e constructos sociais que originaram e naturalizaram desigualdades fundamentadas no gênero.

## GÊNERO, PODER E TRABALHO

A construção do papel social da mulher na sociedade, moldado culturalmente ao longo da história, resultou na naturalização de desigualdades fundamentadas no gênero, assim, trata-se de uma concepção cultural, respaldada em práticas e experiências vivenciadas e perpetuadas, conforme aduz Beauvoir (1967, p. 9):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

Desse modo, é possível compreender a condição de subordinação feminina, construída e naturalizada na sociedade, enquanto uma relação de poder exercida em diferentes contextos, entre estes a família, a escola e o trabalho. Nesse sentido, o poder revela-se como uma relação complexa, que se mantém através da imposição de comportamentos padronizados, imposição esta nem sempre relacionada ao uso da força física, mas oriunda de processos de naturalização de verdades (FOUCAULT, 1999).

Especificamente, com relação ao contexto laboral, conforme assevera Antunes (2009), a divisão sexual do trabalho evidencia a face da desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, esta se manifesta pela destinação de atividades laborais tendo como fator determinante o gênero. Segundo o mesmo autor, nos espaços fabris, a divisão sexual do trabalho manifesta-se de maneira mais evidente ao se constatar que as mulheres são responsáveis pela maior parte das atividades com exigência de menor qualificação ou, por vezes, fundamentadas em trabalho intensivo.

É imperioso destacar o papel da família e da escola dentro desse contexto, uma vez que as relações de poder, evidenciadas no mundo do trabalho, têm sua origem nas relações sociais mais básicas da sociedade e se estende para o ambiente laboral. De modo especial, destacamos o espaço escolar enquanto lugar destinado à formação do indivíduo, espaço este, considerado por Foucault (1999), como um dos lugares de efetivação da relação de poder, exercido através da disciplina e do estabelecimento de comportamentos humanos homogêneos (FOUCAULT, 1999). Desta forma, podemos concluir que, quando o ambiente escolar reproduz e naturaliza, sem a devida reflexão, comportamentos construídos a partir de uma concepção de discriminação, como por exemplo, a ideia de que existem determinadas profissões

destinadas às mulheres, outras aos homens, está contribuindo decisivamente para a perpetuação desse modelo de sociedade.

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 109).

Segnini (1998) assevera que cuidar da família, da casa e dos filhos são atividades naturalmente consideradas pela sociedade como atribuições femininas, tal entendimento estabelece desigualdades estruturais na relação entre homens e mulheres. Essas desigualdades acabam por ser incorporadas, de forma muitas vezes naturalizada, no ambiente de trabalho, resultando no que a autora considera como uma espécie de trama social. A jornada, que compreende as atividades relacionadas à criação dos filhos e o cuidado com o lar, bem como os estereótipos de sensibilidade e fragilidade atribuídos à figura da mulher, são utilizados para justificar situações como a prevalência da ocupação pelas mulheres de postos de trabalho em regime parcial, a destinação às mulheres de tarefas com menor potencial de capital intensivo, bem como pela destinação de tarefas e áreas de atuação específicas, qualificadas como femininas (SEGNINI, 1998).

Mesmo diante de um cenário de desigualdades fundamentadas no gênero, a ocupação feminina nos mais diversos contextos laborais, educacionais, políticos e sociais é uma realidade, não há espaços onde estas não tenham conseguido chegar e provado sua competência. Porém, muitos são os obstáculos a serem superados, uma vez que persistem situações de discriminação, principalmente no que concerne ao contexto do mundo do trabalho, mas que, para além deste, manifestam-se na família e na escola, enquanto reflexo da construção social sexuada do papel da mulher na sociedade. Nesse sentido, é que se torna preciso buscar identificar no ambiente escolar e, a partir disso, trabalhar na direção da superação a existência de discursos ou práticas que alimentam as situações de discriminação e desigualdade fundamentadas no gênero.

## CONTEXTO EDUCACIONAL

No que concerne ao contexto educacional, importante compreender que para além de ser um direito público subjetivo, que deve ser assegurado a todo cidadão brasileiro, a educação é, sem dúvida instrumento de transformação de realidades sociais. Conforme assevera Gramsci (1975, apud Nosella e Azevedo, 2012) educação e cultura são poderosos instrumentos capazes de impulsionar as transformações que se espera na sociedade. Exatamente por ser a escola um espaço destinado à

formação e reflexão, é que diálogos sobre questões que impactam diretamente na concretização de direitos precisam ser estabelecidos. Sendo assim, é a partir da educação que se operam as grandes mudanças sociais e culturais, para tanto, torna-se preciso repensar as práticas educacionais no sentido de fortalecer valores que assegurem a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças.

Segundo Freire (1980), a educação, enquanto prática libertadora, corresponde efetivamente à ideia de conscientização, desta forma, o conhecimento se manifesta pela relação dialética entre a ação e a reflexão (FREIRE, 1980). Sendo assim, identificar a existência de fatores das mais variadas ordens que se manifestam na sociedade, bem como ser capaz de reconhecer a interferência dos mesmos na realidade que nos cerca, inclusive no ambiente escolar, representa um importante avanço rumo à superação de tais fatores, a partir da concepção de uma ação educacional voltada para a práxis.

Nesse sentido, é importante compreender a educação profissional enquanto política pública destinada a promover a efetivação de dois direitos fundamentais consagrados pela Constituição Federal do Brasil: o direito à educação e o direito ao trabalho, uma vez que a referida modalidade de ensino, presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, visa à inserção do indivíduo no mundo do trabalho através da formação técnica. Tal modalidade de ensino, embora direcionada à preparação do discente para o exercício de uma profissão técnica, deve ser compreendida enquanto propiciadora da formação integral desses indivíduos.

Os Institutos Federais, que compõem a Rede Federal de Ensino e foco deste trabalho, enquanto instituições de educação superior, básica e profissional, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, são, sem dúvida, as instituições de maior relevância quando se trata da oferta de educação profissional no país. Estando inseridos no contexto social já mencionado, não estão imunes às práticas sociais estruturadas pelo sistema.

## **REFLEXOS NA EVASÃO ESCOLAR**

Ao pensarmos a evasão escolar é preciso ter em mente a complexidade que envolve tal problemática, uma série de fatores das mais variadas vertentes, como ausência de políticas públicas, questões familiares, dificuldades de aprendizagem, estrutura escolar, jornada de trabalho, dentre outros, podem resultar no afastamento do ambiente escolar por parte dos discentes. Dessa forma, as circunstâncias desencadeadoras da evasão podem estar ligadas à fatores nem sempre internos ao ambiente escolar envolvendo, assim, desde questões pedagógicas a questões de cunho social. Segundo Silva Filho e Araújo (2017, p. 37), “a evasão e o abandono

representam um processo muito complexo, dinâmico e cumulativo de saída do estudante do espaço da vida escolar”.

Para além da pluralidade de circunstâncias que acabam por resultar na evasão escolar, são também múltiplas as formas de definir tal fenómeno, inclusive no que concerne à distinção entre evasão escolar, entendida para fins desse trabalho enquanto afastamento definitivo do ambiente escolar, e abandono escolar, entendido enquanto espécie de afastamento temporário do discente, ou seja, nas situações de abandono escolar em que se constata o retorno posterior do discente.

Ao discorrer sobre emprego do termo *evasão*, Pelissari (2012, p. 33) assevera que:

(...) o conceito de evasão tem sido utilizado pela literatura especializada, em alguns casos, ora com o viés subjetivista, responsabilizando única e exclusivamente o aluno pela ‘evasão’ (nesses casos, partindo daquela concepção de juventude enquanto fase de delinquência que precisa ser controlada), ora com a concepção de construção social do fenómeno, porém considerando apenas fatores externos, caindo na armadilha do reprodutivismo das relações sociais na escola.

Ao trazer uma concepção voltada para o entendimento do termo *evasão*, Machado (2009, p. 36) assevera:

O termo *evasão* refere-se ao ato de escapar de algo, implicando fuga, desvio para evitar aquilo que não se deseja e que, portanto, foi rejeitado. Partindo da compreensão da palavra, pode afirmar que o fenómeno da evasão escolar é percebido à medida que o aluno abandona a escola, desistindo de prosseguir com seus estudos. Essa ação causa nos demais atores envolvidos nesse processo a impressão que o aluno está fugindo da escola por não desejá-la mais ou por rejeitá-la, como se ela lhe oferecesse algo do qual ele prefere evitar.

No tocante à evasão escolar na educação profissional, para além das questões que de maneira geral são identificadas no ensino médio regular, somam-se situações peculiares dessa modalidade de ensino, fatores como: preferência pelo ensino médio regular, falta de identificação com o curso, dificuldade em relação às disciplinas, baixa qualidade do ensino fundamental e a inadequação dos programas de estágio são os motivos mais recorrentes apresentados como justificativa para o abandono escolar na educação profissional (DORE; CASTRO E SALES, 2013).

Importante destacar que, para além dos fatores apresentados pelas referidas autoras como preponderantes para a decisão de abandono nos cursos de educação profissional, há que se considerar que, no caso específico da mulher, as circunstâncias ligadas à condição feminina e a construção social do seu papel dentro da sociedade e da família somam-se a tais motivos, podendo contribuir de forma determinante para a tomada da decisão de abandonar o ambiente escolar.

Em estudo realizado sobre as causas da evasão nos cursos técnicos no Instituto Federal de Brasília, Fredenhagen et al. (2012) identificou a presença de questões relacionadas ao gênero como fatores determinantes para abandono escolar por

parte das discentes do sexo feminino, entre os 14 (quatorze) fatores, indicados como causas pessoais, 06 (seis) traziam circunstâncias relacionadas ao gênero. Os fatores mencionados relacionavam-se, especificamente, com a atribuição de cuidar dos filhos, tarefa social e culturalmente designada como de competência da mulher.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo teve por base a análise de dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, tendo como indicadores: taxa de evasão, sexo e os eixos tecnológicos de controle e processos industriais, gestão de negócios, infraestrutura, produção industrial, ambiente e saúde, desenvolvimento educacional e social, produção cultural e design, turismo e hospitalidade e lazer. Além da análise de dados do Resumo Técnico do Censo da Educação Básica 2018, disponível no portal do Inep.

## **RESULTADO DA PESQUISA**

De acordo com os números apresentados pela Plataforma Nilo Peçanha, ambiente virtual de coleta, disseminação e validação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SETEC/MEC), ano referência 2018, as mulheres representam 46,6% do número de discentes matriculados nos cursos técnicos de nível médio nos Institutos Federais, no âmbito do IFPB, estas representam 45,6% do total de matrículas em tal modalidade de ensino. Tais números evidenciam que embora as mulheres sejam maioria quando considerados os números gerais de matrículas efetuadas na educação profissional, conforme dados do Censo Escolar 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019), ao considerar somente os Institutos Federais tal cenário mostra-se diferente, prevalecendo em maior número a participação masculina.

Se considerarmos os cursos de eixos tecnológicos como controle e processos industriais, gestão de negócios, infraestrutura e produção industrial, áreas culturalmente associadas à figura masculina, a participação feminina tende a diminuir. Nesse contexto, considerando o total de matrículas efetuadas nos Institutos Federais, a participação feminina é de 42,3%, resultado equivalente ao verificado no âmbito do IFPB 42,2%. Diferentemente, ao considerarmos os eixos tecnológicos de ambiente e saúde, desenvolvimento educacional e social, produção cultural e design, turismo, hospitalidade e lazer os números sofrem uma inversão, em dimensão nacional o percentual é 65,4% de mulheres, enquanto no IFPB 56,1%.

No que tange aos números da evasão, ainda tomando por referência o ano de 2018, os dados revelam uma taxa de 17,3% de discentes evadidos dos cursos técnicos

nos Institutos Federais e 14,9% no contexto do IFPB. Importante frisar que os dados relativos à evasão, apresentados pela Plataforma Nilo Peçanha, não apresentam informações relacionadas ao sexo dos discentes evadidos, compreendendo, desta forma, dados gerais. A ausência de dados oficiais que retratem a evasão a partir do gênero dos discentes evidencia a importância de estudos sobre a referida temática.

## CONCLUSÃO

Os dados coletados revelam que, no âmbito dos Institutos Federais, diferentemente do que ocorre com o ensino médio regular, os discentes do sexo masculino representam o maior número de matrículas efetuadas. Outro fator evidenciado pela análise dos dados diz respeito ao perfil de ingresso em determinadas eixos tecnológicos, nos quais se enquadram cursos técnicos culturalmente considerados de perfil mais adequado para determinado gênero, áreas como controle e processos industriais, gestão de negócios, infraestrutura e produção industrial apresentam preponderância de matrículas de discentes do sexo masculino, em contrapartida, áreas como ambiente e saúde, desenvolvimento educacional e social, produção cultural e design, turismo, hospitalidade e lazer apresentam uma inversão nos números, apontando a predominância de discentes do sexo feminino.

Diante do quadro apresentado, considerando que o ambiente escolar não está imune às questões que permeiam a sociedade, dentre elas as inerentes às desigualdades fundamentadas no gênero, conclui-se pela necessidade de estudos sobre questões voltadas às práticas de discriminação de gênero no âmbito dos cursos técnicos, principalmente daqueles culturalmente associados ao perfil masculino, bem como sobre a evasão escolar a partir do critério gênero.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed., rev. e ampl.. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **Insurgência**: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, vol. 1, n. 1, p. 198-210, jan./ jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/16758/11894>> (Acesso em: 18/out/2018).

BONFIM, Carla Márcia Paiva Assis. **A situação das mulheres na educação profissional de nível médio**: uma análise dos dados do censo escolar – 2001 a 2006. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-4KSUH/disserta\\_\\_o\\_carla\\_pdf.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-4KSUH/disserta__o_carla_pdf.pdf?sequence=1)>. (Acesso em 12/ outubro/2018).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 47. ed. Brasília: Edições Câmara, 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2018**. Brasília: Inep, 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha (Ano base 2018)**. 2019. Disponível em: <<https://www.plataformanilopecanha.org/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, ANA ZULEIMA. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 770–789, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf>>. (Acesso: 25/ outubro/2018).

DORE, Rosemary; CASTRO, Tatiana Lage; SALES, Paula Elizabeth Nogueira. Educação Profissional e Evasão Escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais. In III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR. 3. 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, UFMG, 2013. Disponível em: <[https://www.capes.gov.br/images/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/Educacao\\_Profissional\\_e\\_Tecnologica/Educacao\\_profissional\\_e\\_evasao\\_escolar...\\_-\\_Rosemary\\_Dore.pdf](https://www.capes.gov.br/images/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/Educacao_Profissional_e_Tecnologica/Educacao_profissional_e_evasao_escolar..._-_Rosemary_Dore.pdf)>. (Acesso: 25 nov. 2018).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREDENHAGEM, Sheyla; et al. A voz da evasão. **EIXO**, Brasília, v. 1, n. 2, p 2-19, jul./dez. 2012. Disponível: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/issue/view/9/showToc>>. (Acesso: 20/ novembro/ 2018).

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Teoria e prática: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes. 1980.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/ nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – MG (2002 a 2006)**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8676/1/2009\\_MarciaRodriguesMachado.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8676/1/2009_MarciaRodriguesMachado.pdf)> (Acesso: 01/ novembro/2018).

NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A educação em Gramsci. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 25 – 33, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/20180/10526>>. (Acesso: 14/novembro/2018).

PELLISSARI, Lucas Barbosa. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio**. 2012. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2012/m2012\\_Lucas%20Barbosa%20Pelissari.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2012/m2012_Lucas%20Barbosa%20Pelissari.pdf)>. (Acesso: 30/ outubro/2018).

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/>>



v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso: (05/novembro/2018).

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Relações de gênero no trabalho informatizado bancário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 2, p. 147 – 168. 1998. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4098384>>. Acesso: 10/novembro/2018).

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2017. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527>>. Acesso: 20/ novembro/ 2018).

## PREFACIADOR



**ANTONIA PICORNELL-LUCAS** - Doctora en Filosofía y Ciencias de la Educación y Graduada en Trabajo Social por la Universidad de Salamanca, es Profesora Titular de Universidad de Trabajo Social y Servicios Sociales de la Universidad de Salamanca. Ha impartido docencia en Grado y Posgrado en diferentes universidades españolas y europeas (Alemania, Bélgica, Italia, Noruega, Portugal). Ha sido investigadora visitante en centros de Chile, Ecuador y México y Profesora Visitante Extranjera en la Universidade Federal da Paraíba (Brasil). Ha coordinado proyectos de investigación sobre estudios de infancia, objeto de investigación en las Tesis Doctorales dirigidas. Ha organizado y participado en numerosos congresos nacionales e internacionales y conferencias invitadas (Argentina, Chile, Uruguay, Brasil), así como en la coordinación de obras colectivas y la colaboración en revistas científicas sobre el campo objeto de su estudio. Presidenta del Comité Provincial de UNICEF en Salamanca (2014 - 2019); Fundadora y Presidenta, desde el año 2013, de la Red Iberoamericana para la Docencia e Investigación en Derechos de la Infancia [REDIdi].

## SOBRE OS AUTORES



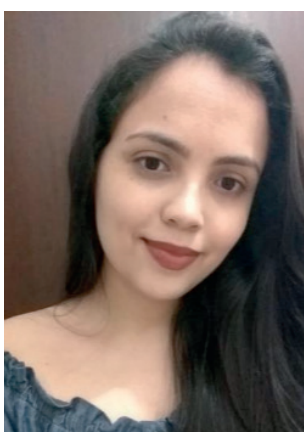
**ALEXANDRE MAGALHÃES DE ARRUDA JUNIOR** - Técnico em Química, pelo IFMT Campus Bela Vista. Membro do Grupo de Pesquisa em Ciências, História e Sociedade Contemporânea. Bolsista no projeto de pesquisa sobre Fontes Lipídicas e Doenças Cardiovasculares. cursando licenciatura em Química na Universidade Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/2205894466666217>



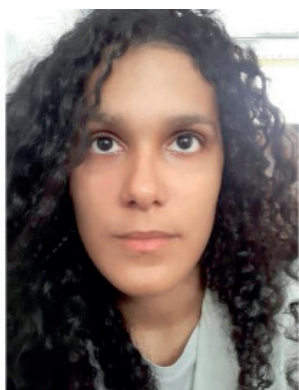
**AMANDA SILVA DE LIMA** - Graduada em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ. Advogada - OAB/PB. Integrante do Grupo de Pesquisa Humanidades & Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso. Dedicar-se, principalmente, ao estudo das seguintes temáticas: Relações Sociais, Vulnerabilidades Sociais e Relações de Consumo. <http://lattes.cnpq.br/4086339756582828>



**ANNA BEATRIZ RODRIGUES DE AMORIM** - Estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Bela Vista. Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) do IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/7075218352860286>



**CARLA CRISTINA RODRIGUES SANTOS** - Graduada em pedagogia pelas Faculdades Unidas do Vale do Araguaia, possui segunda licenciatura em Letras (UNIP). Pós-graduada em Neuropsicopedagogia pela Unisserra. Pós-graduada em Ensino de Ciências da Natureza pelo Instituto Federal de Mato Grosso. Atualmente é professora efetiva da rede estadual de Mato Grosso e da rede municipal de Campo Verde. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5572794992244227>



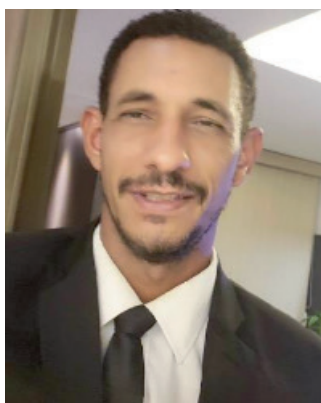
**CAROLINA DE VASCONCELOS LOPES BORBA** - Estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/4926490146900550>



**CAROLINA GUIMARÃES SANTOS** - Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cursando Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de extensão pela UFMG atuando na Secretaria do Patrimônio da União (SPUMG). Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/4926490146900550>



**CLEIDE ESTER DE OLIVEIRA** - Doutorado em Psicologia Social, UFPB. Mestrado em Estudos da Linguagem, UFMT. Especialização em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola, UFMT - DELE - Diploma Superior de Español como Lengua Extranjera (MEC - España). Graduação em Letras Licenciatura Plena - FAFICLE/SP. Habilitação em Língua Espanhola UFMT. Participa do Núcleo de Pesquisa NUPEDIA-(UFPB). Participa do grupo de pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (IFMT). <http://lattes.cnpq.br/3723791203221068>



**DEGMAR FRANCISCA DOS ANJOS** - Possui doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso e graduação em Letras Português e Espanhol pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atualmente é Docente Efetivo e Diretor de Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB e docente colaborador no Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino do Instituto Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/0538812567788479>



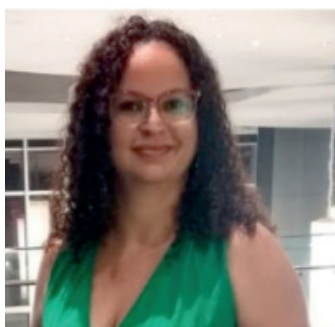
**FELICÍSSIMO BOLÍVAR DA FONSECA** - Doutorado em Psicologia Social (UFPB). Mestrado em Educação (UFMT). Especialização em Metodologia do Ensino Tecnológico (UFMT). Bacharel em Ciências Contábeis (UFMT). Bacharel e Licenciado em Filosofia (UFMT). Professor EBTT do IFMT-Campus Cuiabá-Bela Vista. Vice-Lider do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Cuiabá-Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/5237205467561324>



**GABRIEL BELO LYRA E LIMA** - Graduando em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e Graduando em Ciência de Dados pela Universidade Cruzeiro do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa Humanidades & Sociedade Contemporânea (IFMT). Dedicase principalmente ao estudo das seguintes temáticas: Gestão de dados, análise estatística, estruturas de dados e Big Data. <http://lattes.cnpq.br/2500645651074025>



**GILSON PEQUENO DA SILVA** - Mestrando em Ensino Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, Área de Concentração: Ensino, Currículo e Saberes Docentes, Linha de Pesquisa: Ensino de Matemática, Ciências Naturais e suas Tecnologias, possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Cuiabá - UNIC (2002), graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2005) e Especialização em Gestão em Educação Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2006). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea GPHSC/IFMT Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/1389757071983268>



**ISABEL CRISTINA SILVA** - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino - PPGEn – IFMT/UNIC - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso / Universidade de Cuiabá. Participante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea - GPHSC.



**JAIR ANICETO DE SOUZA** - Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Curso de Especialização em Educação a Distância pela UNIVERSIDADE PAULISTA. Mestrando do Programa de Mestrado em Ensino do IFMT - Cuiabá. Participa como pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/6024196414327047>



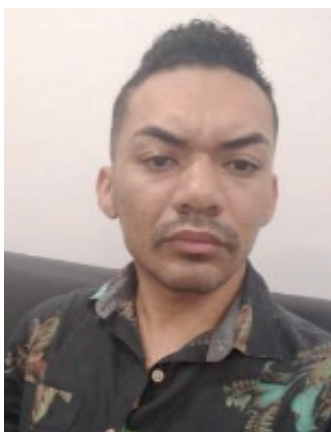
**MARCO AURÉLIO BULHÕES NEIVA** - Pós doutorando em Direitos Sociais pela Universidade de Salamanca (UNSA), Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA). Pós Graduação/Especialização em: Engenharia de Segurança do Trabalho (UFMT), Direito Público (ICE), MBA em Gestão Estratégica (UFMT). Graduado em Direito pela Universidade de Cuiabá (UNIC), graduado em Engenharia Elétrica pela UFMT. Docente de carreira do Instituto Federal de Mato Grosso nas cátedras de Direito Ambiental, Segurança do Trabalho e Eletrotécnica. Docente do curso de Pós Graduação/Especialização em Inovação e Empreendedorismo para Negócios Sustentáveis do IFMT. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Mato Grosso com registro no CNPq. Advogado. Membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/MT. <http://lattes.cnpq.br/8540831188896258>



**NATÁLIA SATHLER DE SOUZA CUNHA** - Graduada em Licenciatura Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia, atua como docente nos anos finais do ensino fundamental de matemática no município de Uberlândia. Graduação em Estatística na Universidade Federal de Uberlândia. Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4233897648176488>.



**NIEDJA DE FREITAS PEREIRA** - Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Especialista em Geopolítica e História pelas Faculdades Integradas de Patos. Técnica em Assuntos Educacionais no IFPB. Atualmente cursa Bacharelado em Direito pela UFPB. <http://lattes.cnpq.br/9661261815829585>



**PAULO ALVES DE OLIVEIRA** - Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (2012). Atualmente é tae-ife - assistente em administração (pcife) do Instituto Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e sociedade, atuando principalmente no seguinte tema: educação, ensino, aprendizagem, vulnerabilidade sociais, direitos humanos e mídias sociais. <http://lattes.cnpq.br/0770327171652503>



**PRISCILA VELOSO RAMOS** - Bacharel em Química com Atribuições Tecnológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso. cursando Gestão Ambiental IFMT Campus Bela Vista. Pós-graduanda em Ensino de Química e A Moderna Educação. Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Bela Vista. Bolsista FAPEMAT edital 45/2019 PROPES/IFMT. <http://lattes.cnpq.br/0129103463814840>



**QUINTILIANO SIQUEIRA SCHRODEN NOMEINI** - Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia (2005), Mestre em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras (2007), Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Uberlândia (2012) e Pós-Doutorado com concentração em Séries Temporais e Multivariada no programa de Pós-Graduação em Estatística Aplicada e Biometria na Universidade Federal de Alfenas (2015). Professor Associado pela Universidade Federal de Uberlândia - Faculdade de Matemática. <http://lattes.cnpq.br/7777119607530651>



**RAQUEL MARTINS FERNANDES** - Pós-doutora em Psicologia Social na Universidade Federal da Paraíba e líder do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea. Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/5856525232992306>



**RODRIGO RIBEIRO DE OLIVEIRA** - Possui graduação em Administração pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (2005), mestrado em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo (2008), doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba (2012) e realizou estágio Pós-Doutoral na Universidade Metodista de São Paulo (2016). Atualmente é professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). <http://lattes.cnpq.br/9456573255125999>.



**VANESSA COSTA GONÇALVES SILVA** - Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino com Associação ampla entre a Universidade de Cuiabá (Unic) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso (IFMT). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1999). Com especialização em Educação a Distância pelo SENAC - MT. Servidora do Instituto Federal de Mato Grosso - Técnica Administrativa. Professora do curso de Licenciatura em Química pela Universidade Aberta do Brasil (UAB/EAD). <http://lattes.cnpq.br/7046686448958045>



**VERALÚCIA GUIMARÃES DE SOUZA** - Graduada em Letras Português/Inglês pela UFMT, mestre em Estudos de Linguagem pela UFMT, doutora em Linguística UnB. Atualmente é professora efetiva do IFMT Campus Cuiabá Bela Vista. Pesquisadora no GPHSC. <http://lattes.cnpq.br/8258543105420805>



**YURI OGAYA DE ASSUMPÇÃO** - Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Várzea Grande e em Educação Artística. Licenciatura em Música pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor titular no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CAMPUS JUINA e no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CAMPUS BELA VISTA. <http://lattes.cnpq.br/1297661315810527>



 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**